

RECURSO ESPECIAL Nº 1.855.443 - AL (2019/0386946-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MACEIÓ
ADVOGADOS : MIRIAN LIMA GONÇALVES FERREIRA E OUTRO(S)
PAULO ROBERTO DOS ANJOS SANTOS - AL006395
RECORRIDO : CICERO MANOEL DO NASCIMENTO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pelo Município de Maceió, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas assim ementado (e-STJ, fl. 43):

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA E FISCALIZAÇÃO PARA LOCALIZAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO. SENTENÇA PELA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA PELA PROLAÇÃO DE UMA SENTENÇA PADRÃO ENGLOBANDO DIVERSOS PROCESSOS EM LOTE. AFASTADA. LIDES IDÊNTICAS. CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE STJ. MÉRITO. 1) TESE DE IMPOSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DA PRESCRIÇÃO, SEM A PRÉVIA OITIVA DA FAZENDA PÚBLICA. INDEFERIDA. SÚMULA 409 DO STJ. 2) ALEGAÇÃO DE QUE O CÔMPUTO DO PRAZO PRESCRICIONAL OCORREU DE FORMA EQUIVOCADA. NÃO ACOLHIDA. AUSÊNCIA DE CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO. 3) ARGUMENTO DE PARCELAMENTO COMO CAUSA INTERRUPTIVA DA PRESCRIÇÃO. INDEFERIDO. 4) ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DO PODER JUDICIÁRIO. INACOLHIDA. DESÍDIA DA MUNICIPALIDADE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 106/STJ. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA DISPENSADA, EM RAZÃO DA ANÁLISE INTEGRAL DA MATÉRIA NO BOJO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

Não houve oposição de embargos de declaração.

Alega o insurgente ofensa aos arts. 174 do CTN; 458 do CPC; e 40 da Lei n. 6.830/1980; assim como à orientação fixada pela Súmula 106/STJ, ao argumento de que a ação executiva foi proposta dentro do prazo instituído no art. 174 do CTN, mas que o Juízo originário não promoveu o impulso inicial do feito.

Assevera que não pode o jurisdicionado ser punido pela demora inerente

aos mecanismos do Poder Judiciário.

Aduz, ainda, que estariam ausentes os requisitos necessários da sentença.

Requer o afastamento da prescrição e o consequente prosseguimento do feito executivo.

Admitido o apelo na origem, foram os autos remetidos ao STJ.

É o relatório.

A Corte local reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão de cobrança do crédito tributário sob o seguinte fundamento (e-STJ, fls. 51 e 52):

Em verdade, a prescrição intercorrente é uma construção pretoriana que tem como escopo proteger o contribuinte da inércia da Fazenda Pública em conduzir o processo de execução. Desse modo, quando o executivo fiscal, após citação regular do executado, ou da prolação do despacho que ordena sua citação, ficar paralisado por mais de 5 (cinco) anos, a contar da data da paralisação, deverá o referido instituto ser aplicado.

[...]

Todavia, não é esta a hipótese dos autos, visto que o lapso prescricional não restou interrompido ou suspenso por qualquer das hipóteses elencadas pela Legislação tributária.

Nesse sentido, é inevitável se concluir não estarmos diante da prescrição intercorrente, prevista no art. 40 da Lei n.º 6.830/80, mas sim de prescrição direta, a qual, como visto, pode ser decretada de ofício com base no art. 219, § 5º do CPC.

Seguidamente, sustenta o Município de Maceió a ocorrência do parcelamento do débito, o que implicaria a confissão da dívida pelo apelado, caracterizando assim uma das formas de interrupção do prazo prescricional. Contudo, tenho que tal argumento não merece prosperar. Senão vejamos.

Nos termos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, o parcelamento do crédito tributário interrompe o prazo prescricional, uma vez que importa no reconhecimento da dívida por parte do devedor. Entretanto, não constando das CDAs executadas, deve ser devidamente comprovado pela parte interessada, para que assim seja reconhecido pelo Juízo como termo inicial da interrupção da prescrição.

Destaque-se, por oportuno, que a simples informação do parcelamento ou a juntada de simples extratos do Sistema Integrado da Administração Tributária, que não detém a mesma liquidez e certeza de uma Certidão de Dívida Ativa, não se afigura como suficiente para caracterizar o ato inequívoco de reconhecimento do débito pelo devedor.

Analisando-se o caderno processual, percebe-se que o apelante não trouxe nenhum termo de confissão de dívida ou ato realizado por parte do executado, ora apelado, que pudesse demonstrar o reconhecimento do débito discutido. Assim, não tendo a Municipalidade logrado êxito em demonstrar suas alegações, não há que ser considerada a interrupção da prescrição, motivo pelo qual rejeito a supracitada tese.

A referida Instância considerou, ainda, que a não citação do contribuinte teria ocorrido em razão da inércia da própria parte exequente, que deixou o

feito paralisado sem requerer as diligências necessárias à tramitação válida e regular do feito; ressaltando, nesse contexto, que seria inaplicável a Súmula 106/STJ.

No ponto (e-STJ, fl. 53):

De fato, o que se evidencia de um atento exame dos autos é que o disposto na Súmula 106 do Superior Tribunal de Justiça ("Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência"), não é aplicável à hipótese versada, pois o reconhecimento da prescrição se deu exclusivamente pela negligência e inércia da Municipalidade, que, ao longo do processo, demonstrou total desinteresse pela persecução de seu crédito. Com efeito, o crédito tributário não pode ser cobrado indefinidamente, ficando o processo por mais de cinco anos sem qualquer impulso por parte do credor.

No caso em testilha, observo que, mesmo ajuizando a execução dentro do prazo para seu exercício, o recorrente deixou o feito estagnado por prazo suficiente à incidência do instituto da prescrição. Assim, tendo decorrido considerável lapso temporal desde a origem dos créditos tributários, sem que o Município apelante demonstrasse qualquer insatisfação com a condução do feito, buscando, pois, um posicionamento acerca de seu direito, não se pode imputar a responsabilização por tal cenário à suposta morosidade do Poder Judiciário.

Nesse cenário, analisar a pretensão recursal implicaria o reexame das provas dos autos, a fim de reavaliar o entendimento da Corte *a quo* quanto à desídia do ente fazendário, o que é vedado ao STJ devido ao óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO ANTES DA LC 118/2005. DEMORA NA CITAÇÃO IMPUTADA AO CREDOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Em processo de Execução Fiscal ajuizado anteriormente à LC 118/2005, é pacífica a orientação do STJ de que o despacho que ordena a citação não interrompe o prazo prescricional, pois somente a citação pessoal produz esse efeito, devendo prevalecer o disposto no art. 174 do CTN sobre o art. 8º, § 2º, da LEF.

2. Ajuizada a demanda dentro do prazo prescricional e realizada a citação do executado fora dele, o marco interruptivo deve retroagir à data do ajuizamento do feito somente quando a demora na citação for imputada ao mecanismo da Justiça (REsp 1.120.295/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 21/5/2010).

3. A Corte local consignou, no acórdão recorrido, que a Súmula 106 do STJ não comporta adequação casuística na hipótese *sub judice*, haja vista a inércia do ente público. Conclusão em sentido contrário, para entender que a

paralisação do feito decorreu dos mecanismos da Justiça, importaria em reexame de matéria fático-probatória, providência vedada em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ, como já decidiu a Primeira Seção do STJ, no REsp 1.102.431/RJ, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973.

4. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1.769.833/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 21/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. APELAÇÃO NÃO CONHECIDA. PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. POSSIBILIDADE. DEMORA PARA A REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

2. O não conhecimento do recurso de apelação pela falta de impugnação ao fundamento referente à ilegitimidade ativa não inibe o Tribunal de Justiça de conhecer de ofício de outras matérias de ordem pública eventualmente informadas, no caso, a prescrição, conforme preceitua o art. 267, § 3º, do CPC/1973.

3. A verificação quanto à responsabilidade pela demora para a realização da citação do devedor, para fins de aplicação ou de afastamento da Súmula 106 do STJ, por demandar reexame de matéria fático-probatória, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 439.003/PR, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/8/2017, DJe 13/9/2017)

No mais, a instância local entendeu que a sentença proferida, embora semelhante a outras prolatadas naquele juízo, teria observado todos os requisitos constantes do art. 458 do CPC, de modo que não poderia ser considerada nula; bem como consignou, expressamente, que não haveria, no caso em tela, cerceamento de defesa. Rever o acórdão, como pretende o ente público, dependeria do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é impróprio, em razão do enunciado da Súmula 7/STJ.

Em idêntica direção:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO E COBRANÇA. CONTRATO DE CESSÃO DE CRÉDITO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973 NÃO VERIFICADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REVISÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A apontada violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973 não ficou configurada, tendo em conta que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida

necessária para o deslinde da controvérsia.

2. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências vedadas no âmbito do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.201.360/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 1/4/2019, DJe 9/4/2019)

Por fim, o Tribunal de origem entendeu que o art. 219, § 5º, do CPC há muito prevê a possibilidade de decretação *ex officio* da prescrição em caso de execução fiscal, por tratar-se de matéria de ordem pública; bem como que tal entendimento estaria sedimentado pela jurisprudência do STJ.

Contudo, o ente público, na petição de recurso especial, limitou-se a insistir na aplicação do art. 40, § 4º, da LEF no caso de prescrição intercorrente.

Logo, é inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação, porquanto as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, sendo caso de aplicação da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. No ponto:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. CONTRATOS BANCÁRIOS. TRANSAÇÃO. DESISTÊNCIA UNILATERAL ANTERIOR À HOMOLOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO. CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. ART. 138 DO CC. ARGUMENTAÇÃO DISSOCIADA DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284/STF. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

2. Quanto ao art. 138 do CC, as argumentações do recurso especial encontram-se dissociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, o que configura deficiência insanável em sua fundamentação. Incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.507.448/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 4/2/2020)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

ublique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator